



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017369-07.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Repetição de indébito**
 Requerente: **Tatiana Roberta Bastos e outros**
 Requerido: **Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens Sa e outros**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

TATIANA ROBERTA BASTOS e outros ajuizaram **AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO c.c INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO DE FATURAS VENCIDAS, INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MATERIAIS** contra **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A e outros**, todos devidamente qualificados.

Aduzem os Autores, em suma, que adquiriram da correquerida CVC, em abril/2013, um “pacote turístico” com destino a Maceió-Alagoas, pagando parceladamente. Ocorre que, não conseguiram embarcar no avião que os levaria ao destino devido constar no RG da Coautora, Maria José Milanez, o nome de solteira, diferente do nome que constava no bilhete aéreo (nome de casada). Alegam que a empresa aérea solicitou a apresentação da Certidão de Casamento, porém, os autores não estavam com tal documento naquele momento. Sustentam ainda que contataram as requeridas, que sugeriram a compra de uma nova passagem para a autora Maria José Milanez, no valor de R\$ 1.200,00. Pedem a antecipação de tutela para que as requeridas não efetuem novas cobranças e não incluam seus nomes nos órgãos de proteção ao crédito, a restituição em dobro de R\$ 3.956,60, a declaração de inexigibilidade de débito referente às faturas mensais de outubro, novembro e dezembro de 2013, bem como ao pagamento de indenização por danos morais e materiais.

A inicial está instruída por documentos de fls. 19/62.

Pelo despacho de fls. 63, foram deferidos os pedidos de antecipação de tutela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Devidamente citada, a correquerida TAM apresentou contestação alegando, preliminarmente, a ilegitimidade passiva. No mérito, sustentou, em síntese, que: 1) após se casar, a pessoa deve providenciar a alteração de todos os seus documentos; 2) cumpriu expressa determinação legal ao impedir o embarque; 3) as concessionárias de aviação possuem determinação específica do Departamento de Aviação Civil a só permitir o embarque de passageiros mediante a apresentação de documento válido. No mais, rebateu a inicial e pediu pela improcedência da ação.

Devidamente citadas, as correqueridas CVC e CIG apresentaram contestação alegando, preliminarmente, a carência da ação e a ilegitimidade passiva. No mérito, sustentaram, em síntese, que: 1) os requerentes contrataram livremente o pacote turístico, cientes de todos os seus termos e condições; 2) não ocorreu erro dos funcionários, sendo os autores cientificados de que deveriam viajar com todos os seus documentos pessoais e de identificação, o que não fizeram; 3) a empresa aérea é a única responsável pelos serviços de transporte aéreo, sendo responsável pela identificação dos passageiros, além de controlar eventual remarcação de viagens aéreas; 4) não foram causadoras do erro material, sendo de inteira responsabilidade da empresa aérea a recusa do embarque. No mais, rebateu a inicial e pediu pela improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls.162/166.

Pelo despacho de fls.167, as partes foram instadas a produzir provas. As correqueridas CVC e CIG requereram o julgamento antecipado da lide. Os autores demonstraram desinteresse na produção de provas e a correquerida TAM não se manifestou.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Inicialmente, cabe equacionar o pleito em relação à correquerida **TAM**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Referida copostulada não teve qualquer participação no ato de emissão da passagem de Maria José Milanez, e tal ato é que culminou por impedir o embarque no voo nº 3644 do dia 03/08/2013 da referida consumidora.

Aliás, sobredita negativa de embarque, **foi justa**, já que na documentação pessoal portada por Maria José Milanez não constava seu nome de casada (Bastos) e o bilhete eletrônico foi expedido com o patronímico, adotado por ocasião do casamento.

No site da empresa consta expressamente que nessa situação deve o passageiro exibir a certidão de casamento o que, incontrovertidamente, não foi providenciado.

Como se tal não bastasse, temos a Instrução de Aviação Civil 107-1002 Depto de Aviação Civil, prevendo em seu item 2.1.1 que “ao proceder o despacho do passageiro, a empresa aérea deverá solicitar o seu documento legal de identidade, compatibilizando a fotografia com o portador, bem como verificando a validade e registrando o tipo, número e órgão expedidor, **conciliando-o com seu bilhete de passagem e bagagem**”.

Também não consigo vislumbrar na linha de desdobramento causal qualquer responsabilidade dos prepostos das copostuladas remanescentes.

Se no documento de identificação da autora ainda constava o nome de solteira é evidente que a passagem acabou sendo emitida com o patronímico de casada a pedido (ou por informação) verbal da mesma, pois, do contrário, a funcionária não teria como saber de tal situação, ou seja, que ao casar, a autora havia agregado o patronímico do esposo.

Cabe ainda ressaltar a clara culpa concorrente da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

autora Maria José, pois, sabia não ter retificado os documentos de identidade e, mesmo assim, silenciou diante da emissão do bilhete eletrônico com o nome de casada.

Por fim, os dois copostulantes remanescentes não tiveram qualquer impedimento ao embarque e, assim, poderiam ter usufruído normalmente o “pacote” adquirido.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO EXTINTA A AÇÃO** em relação à correquerida **TAM**.

Referida copostulada não teve participação no ato de emissão do bilhete eletrônico que foi providenciado e culminou por impedir o embarque da correquerente no voo nº 3644 do dia 03/08/2013.

No mais, julgo improcedente o pleito inicial, em relação as correqueridas **CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S/A** e **CIG AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA**.

Ante a sucumbência, ficam os autores condenados ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patronos das correqueridas (TAM, CVC e CIG), que fixo por equidade, em R\$ 788,00 para cada um.

P. R. I.

São Carlos, aos 27/01/2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**